



**UM PASSO A FRENTE E VOCÊ NÃO ESTARÁ NO MESMO LUGAR:  
TRANSCIDADANIA, A EXPERIÊNCIA DE UM PROGRAMA PARA TRAVESTIS E  
TRANSEXUAIS EM SÃO PAULO**

Michelle Borges Miranda<sup>1</sup>

**Resumo:** Análise de políticas públicas é fundamental para entender as motivações que impulsionam a criação, implementação e sucesso de uma política, e sistematizar as etapas de planejamento, ações, agentes, levantar as normas e possíveis riscos, ajudar a monitorar o andamento da implementação bem como seus resultados e seus limites. Esse processo de análise pode resultar em indicações de boas práticas capaz de ajudar na formulação e implantação de futuras políticas visando índice maior sucesso, mas sem esquecer que as especificidades da realidade onde a política será implementada é de extrema importância para o sucesso final da política. O programa TransCidadania da Prefeitura de São Paulo, teve como objetivo a inclusão social e resgate de cidadania de travestis e transexuais da cidade de São Paulo através do oferecimento de escolaridade e diversos outros serviços de assistência, já estabelecidos em lei, através de uma parceria transversal entre as secretarias do município. O objetivo deste trabalho é apresentar o programa através do olhar das participantes e seus relatos coletados em entrevistas semi-estruturadas, que ajudam a complementar a análise documental realizada por meio do decreto nº55.874 de 29 de janeiro de 2015 de instituição do TransCidadania e balanço oficial divulgado pelo programa no final de 2016, por meio de uma pesquisa qualitativa e exploratório, como se propôs este trabalho.

**Palavras-chave:** travestilidade; transexualidade; políticas públicas.

Você é travesti, você tá em situação de vulnerabilidade, é uma coisa assim, que não tem (Pausa para respiração) ... Umas em mais e outras em menos... Eu estou nesse espaço, mas quando o TransCidadania acabar eu volto pra esquina, igual a todas elas. Até que ponto eu sou menos vulnerável que elas? (Symmy Larrat, Entrevista cedida à pesquisadora em 2016)

O programa TransCidadania, instituído em 29 de janeiro de 2015 através do decreto municipal de nº 55.874 pela Prefeitura de São Paulo, tem por objetivo a promoção de direitos humanos,

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa Mudança Social e Participação Política da EACH/USP. Este trabalho é parte da Dissertação em desenvolvimento.



cidadania e oportunidades para mulheres travestis e transexuais e homens trans\*<sup>2</sup> em situação de vulnerabilidade cadastrados e identificados pelo antigo sistema da Coordenadoria de Diversidade Sexual (CADS), através de atividades de formação e capacitação para o mercado de trabalho junto a uma rede de parceiros de modo transversal como a Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Trabalho, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Políticas para Mulheres, designando a transferência de renda por meio do Programa Operação Trabalho (POT<sup>3</sup>), e visando também suas necessidades psicossociais.

Essa vulnerabilidade social que Symmy Larrat, ex-coordenadora do TransCidadania, referiu-se durante as entrevistas está relacionada com a exposição à violência histórica e cotidiana e a ausência de políticas públicas contínuas que atendam a população Trans\* em suas demandas específicas, como acesso à educação, saúde pública de qualidade, registro de nome social, atendimento especializado, uma vez que "[...] travestis permanecem invisíveis e silenciadas nas políticas públicas de acesso à seguridade social e cidadania, mas estrategicamente visíveis na argumentação sobre tráfico e exploração". (BENTO; PELUCIO, 2012, p. 487)

Embora cada grupo dentro da população Trans\* tenha suas singularidades, a realidade de negação de direitos e violência é comum entre travestis e mulheres e homens transexuais. Essa população compartilha experiências semelhantes, “pessoas transexuais e travestis são expulsas de casa, não conseguem estudar, não conseguem emprego, são excluídas de todos os campos sociais, entram na justiça para solicitar a mudança do nome e do sexo;” (BENTO, 2011, p. 549).

São sobre esses pontos comuns de constante violência e negação de direitos que Symmy se refere que todas as pessoas trans\* estão em situação de vulnerabilidade. Apesar de algumas pessoas

---

<sup>2</sup> De acordo com Jesus(2012): "Conceito “guarda-chuva” que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento."

<sup>3</sup> Sobre o programa operação trabalho (POT) ver:  
[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/cursos/operacao\\_trabalho/index.php?p=610](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=610)



trans\* conseguirem romper com estas dificuldades, no limite do preconceito, violência e discriminação, elas ainda estão submetidos a exposição. Porém, assim como se reconhece este fato, também se entende que existem pessoas trans\* que estão em situação consideradas sub-humanas pelo simples fato de se reconhecerem e se assumirem perante a sociedade de tal forma.

Vemos que algumas questões como direito a retificação de nome e gênero, possibilidade de casamento, estão alcançando passos pela visibilidade trans\* ao longo da história de luta do movimento LGBTQIA<sup>4</sup> e de direitos humanos, em especial, nas agendas governamentais. Porém, segundo Berenice Bento e Larissa Pellúcio (2012, P. 569), “apesar das mudanças políticas e sociais em relação às transexualidades e travestilidades, elas ainda são consideradas pela Associação de Psiquiatria Norte-Americana (APA) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como transtornos mentais”, o que torna a luta por políticas públicas para esses setores do movimento ainda mais difícil, pela insistência de grande parte de gestores em não entender a necessidade de investir em tais políticas para uma parcela da sociedade que permanece “invisível”.

Por exemplo, as políticas públicas no Brasil para a população de travestis e transexuais no Brasil ainda sofrem grande resistência por parte do setor legislativo ser composto ou comprometido com setores fundamentalistas e conservadores que, muitas vezes, protagonizam publicamente cenas reacionárias as pautas LGBTQIA. Nesse sentido, o Brasil vive um paradigma em relação aos direitos humanos da população trans\*, ele estar conquistado direitos para essa população ao mesmo tempo em que a violência contra as pessoas trans\* tem aumentado e a cultura heteronormativa<sup>5</sup> ainda é tão marcada e perpetuada dentro da sociedade.

---

<sup>4</sup> Utilizo, neste trabalho, a sigla LGBTQIA para referenciar ao movimento geral. Termo adotado como padrão pela ONU e Anistia Internacional que refere-se a orientação sexual, diversidade de gênero e a perspectiva teórica e política Queer. <http://desacato.info/lgbt-lgbti-lgbtq-ou-o-que/>

<sup>5</sup> A heteronormatividade, de acordo com Petry e Meyer (2011), têm a função de "regular e normatizar modos de ser e de viver, os desejos corporais e a sexualidade de acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologicista e determinista, há duas – e apenas duas – possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho".



O objetivo deste trabalho é apresentar o programa, uma tentativa de política para responder questões que afetam a vida das pessoas trans\*, através do olhar das participantes e seus relatos coletados em entrevistas semi-estruturadas entre participantes e pessoas ligadas a gestão do programa, realizadas ao longo do ano de 2016, sendo 11 delas utilizadas para este trabalho, e que ajudam a complementar a análise documental realizada por meio do decreto de instituição do programa nº55.874 de 29 de janeiro de 2015 e balanço oficial divulgado pelo programa no final de 2016, por meio de uma pesquisa qualitativa e exploratório.

Esta pesquisa não se esgota nos resultados apresentados, o *TransCidadania* é uma política em desenvolvimento e, portanto, sua manutenção está condicionada aos interesses da gestão municipal, podendo sofrer ou não alterações no seu escopo, orçamento e equipe. Dessa forma, outras análises a partir dos documentos utilizados e produzidos por esta pesquisa e os que estão constantemente sendo lançados pelo programa podem e devem ser realizadas, seja para complementar ou não este trabalho no sentido de ampliar ou aprofundar a análise do programa TransCidadania e outras políticas públicas para travestis e transexuais.

### ***Mais do que rua, camisinha e gel, a política pública como oportunidade: entrevistas e algumas análises***

Durante um longo tempo da história as políticas públicas para população Trans\* no Brasil estavam relacionadas às campanhas de saúde. No melhor dos casos, tratava-se da prevenção e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, ou, estava relacionada apenas à distribuição de camisinha e gel, ignorando as demais demandas para além de saúde, tais como educação, empregabilidade e velhice. Além disso, houve um estigma criado para esta população, devido ao imaginário criado com campanhas públicas relacionando diretamente o vírus do HIV e pessoas LGBT.

O trabalho desenvolvido com o programa possibilitou observar as participantes e suas dinâmicas de relação. Escutar algumas de suas histórias, planos e preocupações com o futuro. As participantes que me diziam estar juntando o dinheiro do POT para comprar uma casa na sua cidade

natal, para ajudar tratamentos familiares ou, até mesmo, para custear seu plano de casamento. Tive uma compreensão maior sobre como suas rotinas haviam mudado, pude observar os agrupamentos, as falas de *rinchas*<sup>6</sup> com outras participantes, e, principalmente, notar que, ao começar a habitar no programa, elas também faziam dele uma extensão dos lugares com os quais se identificavam:

Aqui é o lugar que a gente tem proteção (...) A gente é acolhida. Aqui a gente não tem preconceito, não vê aquelas pessoas, assim, com olhar, assim, de nojo, porque eles sentem nojo da gente, eles tratam a gente como se fosse aberração, como se fosse monstro. (Christine Xavier, Entrevista cedida à pesquisadora em 2016)

O programa TransCidadania, ao longo dos seus dois primeiros anos iniciais, enfrentou dificuldades já avaliadas e esperadas desde o início do programa, como verba reduzida para execução do programa, mas também outras que se apresentaram ao longo do caminho, como a constante troca ou ausência de coordenação no programa. Esse período se refletiu no programa de diversas maneiras, tanto para aqueles que se aproximavam do programa, quanto para a equipe técnica e as participantes. Essas mudanças alteraram as relações que se davam no projeto e tiveram aspectos positivos e negativos.

Desde o momento que eu entrei todo mundo falava bem da Symmy. Mas eu senti que não só as meninas, mas como a equipe deu uma baqueada<sup>7</sup> quando a Juni saiu (...) Muita coisa parada. A gente não sabia o que fazer. As meninas de 2016 sentiram mais. (Ariel Nolasco, Entrevista cedida à pesquisadora em 2016)

Entre a angústia sobre o futuro do programa, a euforia de participar de um trabalho acadêmico, a emoção ao lembrar do passado e relatar o presente, a demonstração da vontade de vencer na vida, as entrevistas foram um processo complexo de aprendizagem sobre a vida de mulheres travestis e transexuais numa cidade como São Paulo. A proximidade e o diálogo com essas pessoas me levaram a entender a responsabilidade que é desenhar programas para lidar com vidas que

---

<sup>6</sup> De acordo com o dicionário informal, rincha significa quando alguém tem algum atrito, desavença com outra pessoa <http://www.dicionarioinformal.com.br/rincha/>

<sup>7</sup> Expressão utilizada quando quer se referir que algo caiu um pouco de qualidade, ficou triste. <http://www.dicionarioinformal.com.br/baqueada/>



estão acostumadas com o descaso e negligência e, agora, dão a oportunidade para si e para o Estado de realizar algo que as faça acreditar nessa sociedade que, de acordo com os relatos, tanto as machucam.

A preocupação com o futuro delas, das outras travestis e transexuais que ingressaram no último período do programa e das demais na fila de espera, eram evidentes em todas as falas, incluindo as do corpo técnico. Uma preocupação que aparentava transpor a simpatia com uma gestão em si e que estava mais relacionada com ter vivenciado uma experiência inédita na cidade de São Paulo por iniciativa do poder público. Experiência essa que parece ter ampliado a consciência sobre a necessidade de expandir essas e outras possíveis iniciativas.

### ***Para além de indicadores: Análise parcial dos resultados das entrevistas***

E você se vê numa situação de rua, tem que ir pra rua, é travesti, travesti na rua. E você viver numa prostituição, momentos que você ri, momentos que você chora, momentos que você corre risco, momentos que você olha pro céu, olha pra noite, pede a Deus pra te tirar dali, mas não tem saída, é ali que você tem que ficar. Você vê amigas chegando, amigas morrendo, correndo risco de doenças, de tudo que não presta, pelo simples objetivo de sobreviver (Aline Marques, Entrevista cedida à pesquisadora em 2016)

A palavra violência sempre surge nos relatos das participantes sobre seu cotidiano. Seja em casa – na relação (e desavenças) com a família – seja na rua. Uma simples ida em um estabelecimento comercial pode resultar em olhares e xingamentos; a escola, espaço que tem o direito de ocupar, na maior parte das vezes nega seu direito à identidade e se torna hostil, exclusão essa afirmada e reafirmada diversas vezes tanto por funcionários quanto por alunos; nos processos seletivos, o descarte ocorre, muitas vezes antes mesmo da entrevista; os postos de saúde não respeitam seus nomes e gênero. Há portanto, nas mais diversas esferas da vida, a ausência de tratamento humanizado e a negação dos seus direitos mais básicos como qualquer cidadã.

Nas entrevistas Aline se refere à violência física que sofre em seu local de trabalho, a rua. O trabalho sexual é o espaço que a sociedade “tolera” a travesti e, não sem razão, que Aline tem a sensação que é ali o local que ela “tem que ficar”. E ali ela é violentada de diversas maneiras, na maior



parte das vezes por clientes que a agredem fisicamente, se recusam a usar o preservativo ou forçam a relação sexual.

Um participante, homem trans, destaca que a violência policial – mesmo fazendo parte do universo de outros grupos marginalizados – têm características específicas quando se trata de uma pessoa transexual, que é somada à violência à sua identidade de gênero:

Tem travesti até que se mata porque é muita pressão em cima dela, é muito preconceito em cima dela, que ela não suporta, que ela cai na depressão, da depressão ela tenta um suicídio, tem vez que consegue e tem vez que não consegue, porque é muita pressão, é muita pressão, gente, vocês não têm nem noção do que a gente sofre. (Aline Marques, Entrevista cedida à pesquisadora em 2016)

Sérgio Carrara e Adriana Viana (2006), em estudos sobre violência contra travestis e transexuais na cidade do Rio de Janeiro, sugerem que existe um quadro de investigações precário em relação à violência contra pessoas trans\*, ainda mais se estas estiverem em situação de prostituição ou tráfico de drogas.

O programa TransCidadania não aborda diretamente a violência dirigida às pessoas trans\*, entretanto, investe na educação como forma de contribuir a longo prazo com esse cenário e auxilia ações de combate à violência, realizadas pelo Centro de Referência LGBT, como campanhas, a marcha do orgulho LGBT e as unidades móveis policiais especializadas para tratamento de pessoas trans\*. Além disso, de acordo com o balanço oficial do programa, muitos dos atendimentos emergenciais que ocorrem na sede do programa são casos de violência e são encaminhados para os órgãos competentes.

As participantes apontam que os esforços de promoção de um ambiente seguro ainda é restrito ao espaço do TransCidadania, afirmando que ainda são necessárias mais ações e políticas que visem o combate à violência contra as pessoas trans\* para além dos muros do programa.

Sim, sim. Aqui é o lugar que a gente tem proteção, mas a gente não vai viver vinte e quatro horas aqui. A gente vai ter que correr atrás de emprego, a gente vai ter que correr atrás da maneira da gente sobreviver. E tem lugar que vai ter preconceito, que o preconceito a gente vê estampado na cara das pessoas, e vai ter lugar que vai nos acolher. (Aline Marques, Entrevista cedida à pesquisadora em 2016)





Após diversas modificações do objetivo central do programa ao longo do mesmo, ficou nítido que, apesar de não negligenciar demais áreas de vulnerabilidade, o principal ponto do programa de atuação era a questão da escolaridade, e isso já é um ponto super complexo a ser tratado na vida de pessoas trans\*.

Foi, eu estava em casa e uma amiga minha me falou. Ela falou, “Felipe, você não terminou a escola, né?”, eu falei “eu não”. Ela “pô, tem um projeto bacana pra gente, o Transcidadania, por que que você não vai lá? Aí você volta a estudar”. Aí eu falei “ai, Érica, estudar não. Não, não, não, eu não tenho boas lembranças de escola, não quero”. Ela, “deixa eu falar?”, eu falei, “deixo”. “Meu, é um projeto só para transexuais, eles vão te respeitar como você é, vão te pôr numa escola que vão te respeitar, você não vai ter problema nenhum quanto a isso, vai receber uma bolsa pra ajudar você, aí você vai receber para estudar e ainda vai ser respeitado. Por que que você não vai lá ver?”. Eu falei, “ah, sendo assim acho que dá pra dar uma olhada”. Ela falou, “vai lá”. Aí eu vim no começo do ano, em janeiro. Aí não tinha vaga. Aí eu fiquei na fila de espera. Quando foi em junho eles me ligaram pra eu vir aqui que tinha surgido a vaga. Aí eu entrei e, graças a Deus, já estou quase terminando a oitava série. (Felipe Martinez, Entrevista cedida à pesquisadora em 2016)

Todos os espaços coletivos: sala de aula, pátio, banheiros generificados, são vigiados e arquitetados de forma que controlem aqueles que frequentam esses espaços, mas esse controle assume um grau maior para aqueles que vão na contramão da norma. Por exemplo, os banheiros generificados são ambientes de controle dos corpos sexuais, segregam por gênero e vigiam como e quantas pessoas permanecem dentro de cada cabine individual.

[...] todo espaço de visibilidade organizado com tanto cuidado (a forma, a disposição das latrinas, a altura das portas, a caçada aos cantos escuros) tudo isso, nos estabelecimentos escolares, substitui – para fazê-lo calar – o discurso indiscreto da carne que a direção da consciência implicava (FOUCAULT, 2010, p. 202)

Porque eu ia pra escola? você não é respeitado como você tem que ser, não aceitam seu nome social, aí você fica passando constrangimento, você não vai no banheiro, porque não tem um banheiro que você possa usar, porque se ninguém me respeita como Felipe eu não posso usar o masculino, se eu entrar no feminino as meninas saem gritando. Aí eu tentei ainda algumas vezes, e falei, quer saber, vou comprar um histórico, não vou estudar mais não. Aí comprei, realmente, comprei um histórico. (Felipe Martinez, Entrevista cedida à pesquisadora em 2016)

Dessa forma, para essas pessoas, o processo de retornar para escola não é simples. É permeado por significados e experiências negativas. É necessário lembrar que a maioria das





participantes do TransCidadania são mulheres trans e travestis com mais de 30 anos, periféricas, negras, que foram forçadas a deixar a escola, em média, há mais de 15 anos. Eis o desafio do programa e sua importância na vida dessas participantes:

É, foi graças ao projeto que eu consegui estudar, porque eu não tinha saco pra ir à escola, essa que é a palavra correta. (Felipe Martinez, Entrevista cedida à pesquisadora em 2016)

A conclusão do ensino formal foi considerada, pelas participantes, como uma vitória possibilitada e facilitada pelo TransCidadania. Talvez, no imaginário normativo, não haja nenhum obstáculo que impeça uma pessoas trans\* de frequentar a escola, ainda mais naquelas onde é possível ser matriculada e responder na folha de frequência pelo nome social, inclusive para aqueles que ainda não passaram pelo processo de retificação do nome.

Mas a experiência relatada pelas participantes mostra que é necessário muito mais que o respeito ao nome social para que uma pessoas trans\* se sinta acolhida na escola, nesse aspecto é fundamental que exista uma equipe de profissionais de psicólogo, pedagogos, assistentes sociais que assistam as participantes no dia a dia escolar. A existência dessa equipe no programa TransCidadania contribui para a baixa taxa de evasão escolar. De acordo com o balanço oficial, o número de evasão escolar foi de 6%, contabilizando 16 participantes num total de 200. Dessas 16, três foram desligadas por abandono, oito por desistência e cinco por não conseguirem se adaptar ao programa.

Observa-se, nos relatos das entrevistas, que a possibilidade de concluir os estudos permitiu o planejamento de continuação escolar, como universidade, cursos técnicos e demais cursos de aperfeiçoamento profissional. Abrindo caminhos para se considerar diversas carreiras e oportunidades de emprego para pessoas trans\* e, também, refletir sobre as possibilidades negadas pela exclusão social.

Então, foi até engraçado, porque como eu moro no Florescer, uma casa de apoio para travestis em situação de rua, e lá tem professor de matemática, tem de português, tem também tipo um reforço lá da escola, que eles oferecem. E o professor meu de matemática tem vinte e oito anos, a mesma idade que eu também tenho ele também tem, eu fico falando, nossa, eu poderia estar exercendo alguma faculdade, ter me formado em alguma coisa. E isso faz, assim, a gente querer lutar, porque se ele conseguiu, eu também vou conseguir. Lógico, porque na vida só basta a gente não ter medo, assim, de enfrentar o mundo, de correr atrás do que a gente quer, ter objetivo na vida, entendeu? Que a gente



consegue tudo, indo pelo caminho certo, logicamente, a gente consegue tudo. (Christine Xavier, Entrevista cedida à pesquisadora em 2016)

Como o foco do programa é a escolaridade, é comum as participantes mostraram-se satisfeitas e realizadas com o programa, já que entendem como objetivo cumprido o término da escolaridade e as demais coisas como colaterais do programa. Não por acaso, esse sentimento é comum a todos que ingressam na vida escolar e almejam terminar seus estudos básicos, seja para iniciar uma vida acadêmica a partir do ingresso na faculdade, ou para ingressar no mercado de trabalho e ter melhores opções de emprego.

A gente que quer é respeito e um emprego pra sobreviver. Eu acho que isso daí não é pedir demais. É ter uma oportunidade pra mostrar que a gente também é capaz de exercer funções dentro de empresas, só que a gente sobrevivendo com dignidade, porque a gente deita com trinta homens, dez homens na noite, imagina quando a gente acaba, volta pra casa, que cabeça que a gente tem? (Christine Xavier, Entrevista cedida à pesquisadora em 2016)

Como foi dito, as participantes estão cientes que a empregabilidade não é o eixo principal do programa, apesar disso, esse eixo perpassa a fala da maioria delas, normalmente relacionados aos planos e expectativas para o futuro a partir da conclusão dos ciclos no TransCidadania.

Cansa isso, né? A negação de oportunidade... Então assim, eu tenho muito medo, porque e as que entraram agora, em 2016, já não vão completar dois anos. O que vai acontecer com elas, voltar pra rua? O que vai acontecer com os técnicos, com nós, que tivemos a primeira oportunidade da vida? A gente pode achar um telemarketing, a gente pode, mas não é o que nós queremos, não é a nossa luta. (Aline Marques, Entrevista cedida à pesquisadora em 2016)

A dificuldade de conquistar postos no mercado de trabalho formal, no caso das pessoas trans\*, não está atrelada somente ao aumento do desemprego no Brasil, e sim com a transfobia que essas pessoas sofrem cotidianamente e que as excluem dos processos seletivos, mesmo quando possuem qualificação profissional. No que concerne à inserção da população T na esfera do trabalho, a transfobia é o maior desafio a ser superado.

Então. E esse mundo de travesti, transexual, é um mundo sofrido, assim, por causa das pessoas que nos julgam como aberração, entendeu? E não veem a gente como ser humano, veem a gente como aberração, como monstro. Eu acho que não é bem assim, é uma coisa muito, dói. Dói, porque só quem sofre na pele sabe que dói, porque eu já perdi



várias oportunidades de emprego por ser travesti. (Christine Xavier, Entrevista cedida à pesquisadora em 2016)

É evidente, entretanto, que o programa lhes deu esperanças em relação às oportunidades e possibilidade de melhoria na qualidade de vida. Mesmo enquanto narram a realidade extremamente cruel que experienciam, todas, sem exceção, demonstram através de suas falas grandes expectativas para o futuro, muitas relacionando com as oportunidades que conseguiram através do programa. Um quadro de positividade para um futuro que, por vezes, é dado como incerto.

Ajudou, porque assim eu estou me capacitando para amanhã concorrer a uma vaga de emprego, porque não é só concorrer, a gente tem medo do preconceito, isso que é o pior. Porque por mais que seja capacitada, tem pessoas com preconceito que não aceitam travesti na empresa. Então são dois problemas, né. (Christine Xavier, Entrevista cedida à pesquisadora em 2016)

De um modo geral, as participantes demonstram gratidão ao programa, embora façam questão de pontuar a necessidade de permanência, ampliação e transformação do projeto a fim de garantir sua continuidade independentemente da gestão vigente. Elas expressam incredulidade quanto ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas para pessoas trans\* no âmbito geral, principalmente por associar o “fazer política” à vontade pessoal dos gestores e não pelo reconhecimento da necessidade dessas políticas para pessoas trans\* em específico.

Não pra mim, pra todas elas. Tristes aquelas que souberam usufruir de tudo isso, porque diz o ditado que não se bate duas vezes na mesma porta. Então assim, muitas meninas saíram da rua, muitas conseguiram alugar um quarto-sala, um banheirinho, muitas puderam ter um pouco mais de dignidade, muitas puderam escolher a rua ou o trabalho e o estudo. Então dizer que não é importante, que não foi importante, é uma grande mentira. É importante, principalmente pra quem passou séculos e décadas, e décadas sem ser vista, achando que o único lugar da gente é rua, camisinha e gel. (Aline Marques, Entrevista cedida à pesquisadora em 2016)

### *Algumas considerações finais*

As informações oficiais que obtive quando realizei as pesquisas contribuíram para um entendimento e panorama das políticas públicas para pessoas trans\* no país, bem com o porquê das opções de caminhos pelos quais o programa TransCidadania decidiu trilhar.



Minha observação a respeito do oferecimento de apoio jurídico e aos tratamentos de saúde é que, embora o atendimento psicossocial tenha tentado dar conta desses pontos a partir de investimentos em capacitação dos servidores nos equipamentos públicos, percebe-se que um dos desafios para o programa, além de atender as participantes é adotar medidas que preparem a sociedade para receber essas pessoas em seu cotidiano.

Algumas propostas previstas em contrato não foram realizadas, tais como o pronatec e outros cursos de qualificação pessoal. Esse é um ponto sensível quando falamos de autonomia de um cidadão. Entretanto, se de um lado o POT auxiliava, por outro lado, ele limitava as ações de empregabilidade e extensão do tempo de vida do programa.

Contudo, o cenário geral, quando se analisa os dois anos do programa, não é de desilusão e sim de revelar que quando uma política têm os investimentos e a atenção do poder público necessários, ela pode alcançar êxito em suas metas, como foi o caso da meta da educação, e dos cursos de cidadania e direitos humanos ministrados as participantes, e que, além de ter obtido êxito, mostra que um passo a mais que se dá pode parecer pouco ao ser comparado com a demanda absoluta da realidade trans\*, mas já faz diferença nas vidas que passaram pelo programa e para aquelas que ainda estão atrás esperando por algo semelhante.

### ***Referências***

- BENTO, B.; PELUCIO, L. Vivência trans: desafios, dissidências e conformações - apresentação. *Revista Estudos Feminista*, v. 20, nº 2, p. 485-488, 2012.
- BENTO, B.; PELUCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feminista*, v. 20, nº 2, p. 559-568, 2012.
- BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Rev. Estud. Fem.*[online]. 2011, vol.19, n.2, pp.549-559. ISSN 0104-026X.
- MELLO, L. ; AVELAR, R. B. DE ; MAROJA, D. . “Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. *Sociedade e Estado*” (UnB. Impresso), v. 27, p. 289-312, 2012.
- LARRAT, Symmy. Entrevista cedida a Michelle Borges Miranda, 04 de outubro de 2016.



MARTINEZ, Felipe. Entrevista cedida a Michelle Borges Miranda, 05 de outubro de 2016.

MARQUES, Aline. Entrevista cedida a Michelle Borges Miranda, 05 de outubro de 2016.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B.. "Tá lá o corpo estendido no chão...": a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis**, Rio de Janeiro ,v. 16,n. 2,p. 233-249,2006 .

WANZELLER, Millena. Entrevista cedida a Michelle Borges Miranda, 04 de outubro de 2016.

XAVIER, Christine. Entrevista cedida a Michelle Borges Miranda, 05 de outubro de 2016.

**"A step forward and you will not be in the same place": TransCidadania, the experience of a program for transvestites and transsexuals in São Paulo.**

**Abstract:** Public policy analysis is fundamental to understand the motivations that drive the creation, implementation, and success of a policy, and systematize the planning steps, actions, agents, raise standards and possible risks, help monitor implementation progress as well as its results and its limits. This process of analysis can result in indications of good practices capable of helping formulate and implement future policies aimed at achieving greater success, but without forgetting that the specificities of the reality where the policy will be implemented is of extreme importance for the final success of the policy. The program TransCidadania of the City of São Paulo aimed at social inclusion and redemption of citizenship of transvestites and transsexuals of the city of São Paulo through the offer of schooling and various other assistance services, already established by law, through a transversal partnership among the municipal secretariats. The objective of this work is to present the program through the view of the participants and their reports collected in semi-structured interviews, which help complement the documentary analysis carried out by means of decree nº55.874 of January 29, 2015 of institution of TransCidadania and the balance published by the program at the end of 2016, through a qualitative and exploratory research, as proposed in this paper.

**Keywords:** Transvestibility; Transsexuality, public policies.